



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021

Data: 31/03/2021 Local: Videoconferência em razão da COVID-19
Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Eliamar Oliveira	Conselheira Titular - Rural
Erivaldo Marques	Conselheiro Titular – Residencial
Denise Simões	Secretária Executiva – Titular
Dian Brito	Secretário Executivo – Suplente
Dídimo Cabral	Conselheiro Titular – Poder Público
Sebastião Dussel	Conselheiro Titular – Industrial

ENERGISA/CONVIDADOS

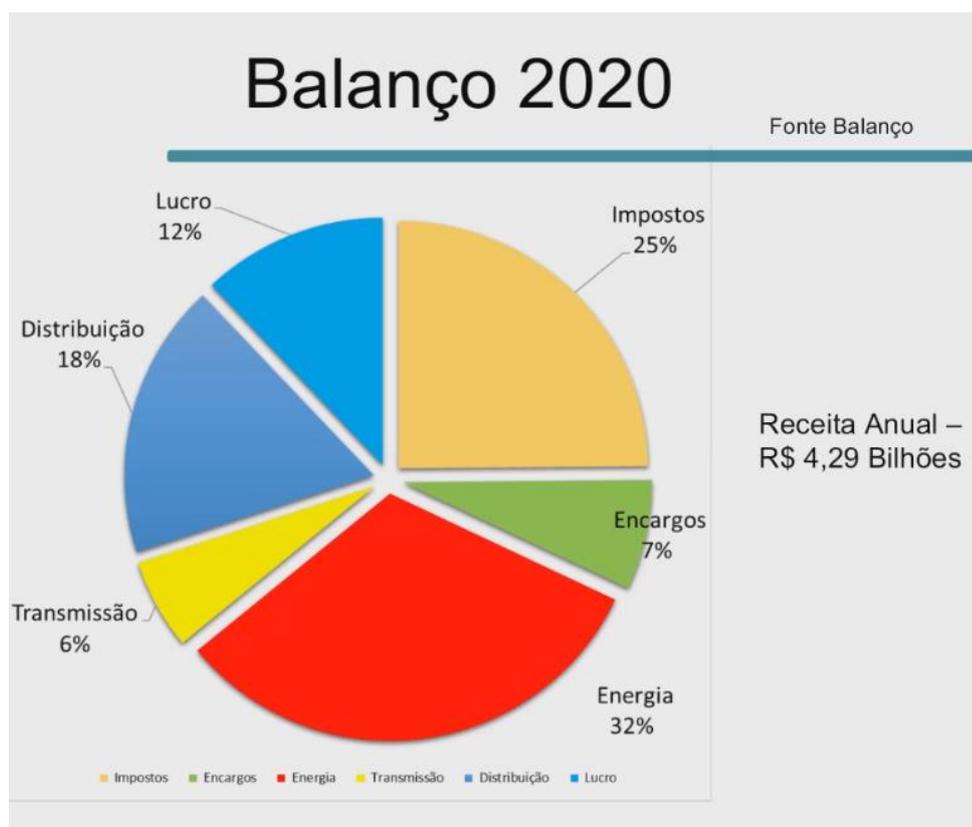
Ricardo Vidinich	Consultor Concen/Copel
Fernanda Mathias	Jornalista
Bernardo Magalhães Athayde	Gerente de Relação Econômica do Grupo Energisa
Fernando Cezar Maia	Diretor de Regulação do Grupo Energisa
Paulo Roberto dos Santos	Diretor Técnico Comercial da EMS

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 8h40 do dia 31 de março de 2021, por meio de teleconferência, em decorrência do isolamento para
2 contenção da COVID-19, foi iniciada a 2ª Reunião Ordinária de 2021. A presidente, Sra. Rosimeire
3 Costa, faz a leitura da pauta: **1. Reajuste Tarifário Anual SEM - 2021**. A presidente informa os
4 conselheiros sobre reunião na semana anterior, dia 26, com a equipe técnica de diretores da Aneel e o
5 consultor Ricardo Vidinich e presença dos conselheiros Dídimo Cabral e Sebastião Dussel, para tratar
6 do RTA 2021. Que o Sr. Ricardo que tem processo de RTA na Copel e externou preocupação com
7 dados que apontam grande impacto e orientou que o Concen fizesse um expediente à Aneel. Que em
8 ronda da assessoria de imprensa recebeu notícia no Valor Econômico sobre IGPM batendo 31% e, com
9 esta preocupação com o indexador da área de concessão, acionou a Aneel, uma vez que o Conselho
10 ainda não tinha a planilha Sparta. Desta forma, se deu a reunião. Que, enfim, o Concen recebeu os
11 dados da RTA, o Sr Ricardo preparou a orientação em pauta e que entrou em contato com o diretor
12 técnico comercial da EMS, Sr. Paulo Roberto, que colocou para ele, neste sentido, a necessidade da
13 presença da concessionária na presente reunião ordinária. Desta forma recebeu contato do Sr. Ricardo
14 Maia, que entrará às 9 horas na reunião. “É muito ruim este momento, temos indicativos preocupantes,
15 a pandemia que não cessa e só se agrava (cita exemplo da Sra. Solange, conselheira pela Cemig que
16 está com a Covid), especialmente pela falta de vacinas”. A isso se soma a dolarização da economia,
17 impacto dos preços dos combustíveis, em curva ascendente, o alto comprometimento de recursos
18 públicos com saúde – a exemplo de Campo Grande onde chega a 35% – que impede que prescindam
19 do ICMS, reajustando a pauta dos combustíveis, sem contar com a tensão entre os poderes,
20 desentendimento entre governo e Forças Armadas e impactos em cadeia. O Sr Erivaldo pergunta se a
21 projeção de 11,9% não incluía o fechamento de março. A presidente relembra que consultoria
22 informou projeção de 23% ao Centro-Oeste, o conjunto com maior impacto no País e, diante da
23 procura da mídia local, sob orientação da assessoria de imprensa, solicitou à assessoria técnica um
24 cálculo para atender a reportagem. Passa ao Sr. Ricardo que explica que o cálculo levou em conta
25 aumentos da parcela B, baseado em IGPM, à época em 25% e agora já em 31%. “Os outros índices
26 mantivemos mais baixos exatamente para falarmos em reajuste menor”, disse o consultor, explicando,
27 para não normalizar um índice elevado, de forma a encorajar a distribuidora a aumentar em bases
28 maiores. A presidente solicita que seja aguardado o início da apresentação em si para que a conselheira
29 Eliamar possa participar, uma vez que há impactos com retirada do subsídio da classe rural. O
30 conselheiro Sebastião Dussel solicita que sejam evitados “comentários políticos” e que a reunião se
31 atenha ao reajuste e ao que pode ser feito para minimizar efeitos aos consumidores de Mato Grosso do
32 Sul. O Sr. Erivaldo, então, faz um questionamento ao Sr. Ricardo, quanto à decisão de manter a
33 suspensão do corte de energia ao consumidor de baixa renda e pergunta se no ano passado isso era
34 estendido a todos os residenciais. O Sr. Ricardo esclarece que sim, que neste ano somente baixa renda
35 e quem usa equipamentos hospitalares com alimentação elétrica que não podem ser descontinuados.
36 Que há decretos estaduais que tratam de proibição de suspensão a mini e microempresas, mas que não
37 são obedecidos porque a concessionária precisa seguir a legislação federal. A presidente explica ao Sr.
38 Dussel que as questões macro são colocadas em contexto porque interferem no processo, em que a
39 empresa faz as tomadas de decisões tendo em vista o contrato e acionistas. Declara aberta a reunião às
40 8h59 e passa a palavra ao Sr. Fernando Maia que destaca que o momento é crítico, que o Grupo está
41 sensível e que desde janeiro trabalha sobre este tema, antevendo que haveria elevados índices e neste
42 contexto acionou a Aneel e o Ministério das Minas e Energia para gerar alternativas e que acredita em

43 índices menores que os sinalizados à planilha Sparta. Segue para a apresentação elaborada pelo Sr.
44 Ricardo, mostra aumento de 56% do lucro do Grupo e de 2,8% na área de concessão, EMS, passa aos
45 custos operacionais, que diminuam 7,7%. Usando como base o balanço da EMS, apresenta o balanço
46 abaixo:



47

48 “Nada contra lucro, mas temos de ter a percepção que se concentra na distribuição”. Destaca que a
49 parcela é reajustada pelo IGPM que tem variação muito grande nos últimos meses, são 31,1% em 12
50 meses, ao passo em que o IPCA, em 5,74% reflete mais a variação dos custos operacionais. Que os
51 índices somados levam a 31,56%, que se descola totalmente dos custos operacionais, remuneração de
52 investimentos e depreciação. Que o primeiro ponto que a Aneel pensa é estender o financiamento da
53 Conta Covid para o próximo ano, representando 3,6%. O segundo ponto seriam os custos de
54 transmissão. Na parcela B, cálculo de 22%. “A reflexão para todos sobre essa questão e que o conselho
55 quer discutir com a companhia qual a estratégia possível para que esses valores não sejam tão
56 substanciais”. A presidente ressalta que o cenário é complicado, pensando no momento de retração
57 econômica e restrição, que a possibilidade de um aumento que, por fim, passa a casa dos 24%; que na
58 reunião com a Aneel externou preocupação quanto ao prazo do baixa renda. “Mesmo que a gente
59 divida isso no grande condomínio, na CDE. Assim a gente não pressiona a empresa, porque as pessoas
60 não terem acesso faz com que elas fiquem inadimplentes e, de qualquer forma, os consumidores no
61 geral acabam pagando, porque é assim que funciona o modelo”. Que na reunião com a Aneel foi
62 informado que o diferimento é tratado junto da Aneel. Relata que o setor que representa, comércio,

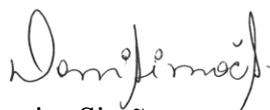
63 está esmagado, com maciça participação de pequenas e microempresas, que as restrições impostas pela
64 crise sanitária aprofundam a crise econômica. Que se espera da concessionária uma sensibilidade para
65 o período atravessado, que no dia da reunião da Aneel, inclusive, MS havia atingido o recorde de 70
66 mortes em 24 horas, que as pessoas enfrentam muitas dificuldades e que a energia é um bem essencial.
67 Sobre tarifa social, o Sr. Fernando relata que o grupo vem trabalhando a melhoria do cadastro, por
68 meio de novas tecnologias de inteligência artificial. O Sr. Paulo Roberto observa que este mês houve
69 um recorde de 170 mil famílias cadastradas. O Sr. Fernando segue dizendo que ao mesmo tempo
70 reivindica a postergação das que não renovaram o cadastro, entendendo que não é o momento de
71 exclusão. Que a Aneel renovou a REN 878 proibindo o corte, lembrando que os que podem pagar
72 devem se manter adimplentes. Também fala sobre ações voluntárias de contribuição no combate à
73 pandemia. “O que mais queremos é que acabe isso e voltemos à vida normal, que o comércio não
74 feche as portas”. Voltando à tarifa, sobre apresentação, pontua que uma análise de balanço é válida
75 mas que foge ao contexto da tarifa, uma vez que a regulação foi construída na década de 90 baseado
76 em modelos de outros Países, como incentivo que fez com que as distribuidoras entregassem mais
77 qualidade e reduzissem o custo, sendo o segmento que mais reduziu custo, porém, que sofreu pressões
78 de crescimento e pressão de subsídios exagerados. “O modelo está sacramentado, não é momento de,
79 em uma crise, rasgar contratos. Isso destrói o ambiente de negócios e afasta o investimento”. A busca
80 de soluções para evitar fortes impactos neste momento, o diretor inicia pela transmissão, pontuando
81 que em 2012, com a MP 579, foi decidido pela não indenização de ativos de transmissão, momento em
82 que a maioria eram empresas federais. Um ato de expropriação que levou as transmissoras à justiça e
83 ganho do direito à indenização, acarretando em uma conta salgada. No momento da MP, a redução foi
84 de 20%, porém, no ano passado veio a conta da decisão jurídica, em junho do ano passado. Que em ato
85 inédito, a Aneel conseguiu mexer no fluxo de caixa da transmissão, porém que na geração, Aneel
86 trabalha para usar recurso de forma concentrada em algumas concessões por reajustes mais severos
87 para conter o reajuste, o que deve ser tornado público na próxima semana. Que outra ideia em estudo
88 antecipar utilização de fundo de demanda que seria usado na próxima Revisão Tarifária. Quanto ao
89 diferimento, o Grupo informou estar sensível e pronto para isso. Garante que o índice não será de
90 14,5%, que será inferior, que recebeu uma nova versão da tabela sparta que há uma concentração
91 energia no tema para que não seja nessa ordem. A presidente afirma é que um alívio, que a
92 preocupação é grande com tudo que acontece. Observa que na CDE, o consumidor de MS carrega
93 incentivos para Norte e Nordeste, mas que o consumidor local fica descoberto, que tem feito esse
94 trabalho com as defensorias e junto das assistências sociais municipais para ampliar a base da TSEE.
95 Que espera que haja mitigação, que olha como um todo e que no que puder ser trabalhado é preciso
96 olhar fortemente para manter o equilíbrio, que existem as regras contratuais, mas que é preciso ter
97 sensibilidade para negociar porque a população se indigna ao ver o balanço. Menciona a possibilidade,
98 inclusive, de que haja postergação da data do RTA. O Sr. Fernando diz que terá reunião esta tarde, 31,
99 com o relator da Aneel, Sr. Efrain e que essa possibilidade será conversada, que já foi praticada no ano
100 passado com a Cemig. Que a proposta é dar tempo para que alguma das medidas estudadas possa se
101 concretizar para que o índice seja num valor menor. Que a Aneel está em uma luta pela redução e
102 custos e que 80% são considerados eficientes e, neste contexto, a redução e custos apontada pelo
103 consultor Vidinich ainda está aquém do que precisa ser feito pela distribuidora. “Ao reduzir custos, se
104 reduz a tarifa também”, disse, observando que o balanço não se comunica diretamente com a fórmula
105 do RTA. O Sr. Fernando se despede, por outro compromisso e, da mesma forma o Sr. Roberto também

106 se coloca à disposição para contribuir com o Concen. A presidente agradece a participação dos
107 diretores, parabeniza a implementação efetiva do Ilumina Pantanal e diz que aguarda boas notícias
108 quanto ao processo. Segue a reunião, o Sr. Erivaldo observa que o modelo do setor elétrico é de muito
109 difícil compreensão ao consumidor. Que o salário mínimo sofreu 5,26% ao passo em que uma
110 concessão o do Estado apresenta proposta de índice quase três vezes maior, passando dos 14%. “É uma
111 lógica que é incompreensível, a empresa apresenta seu raciocínio, o modelo. Porém o próprio contrato
112 de concessão fala em tarifa módica”. A presidente intervém e diz que o modelo do setor prevê que o
113 investidor vai construir, investir e receber em 30 anos, geradoras, transmissoras e distribuidoras. Essa é
114 uma das incompreensões da população, mas explicar isso em três minutos, em uma entrevista é difícil.
115 “Estamos pagando um setor inteiro. Por isso o Sr. Fernando Maia falou das geradoras, mesmo estando
116 consumindo menos a geradora quer receber sua cota-parte”. O Sr. Erivaldo observa que se fica
117 discutindo no Concen uma saída para uma tarifa mais justa e que não se está indo ao ponto, que é ir ao
118 Congresso Nacional, de forma a mostrar que o setor elétrico penaliza o cidadão. Cita como exemplo o
119 problema do Amapá, em que se estabelece isenções e isso é distribuído aos demais, penalizando o
120 consumidor. Precisamos bater junto ao Congresso no sentido de se criar um sistema mais justo”. A
121 presidente observa que por isso foi criado o Conacen para fazer a gestão política. “Temos de usar
122 nosso expediente e mandar cartas aos nossos nove representantes em MS para mostrar que não é
123 razoável”. A presidente lembra que a planilha está com ela, o Sr. Dídimo e Sr. Ricardo pela cláusula de
124 confidencialidade, que a ata só será inserida no site após esse prazo. Abre a palavra aos demais
125 conselheiros. Lembra que os 14% já consideram retirada da Conta Covid e perfilamento da
126 transmissora, que o índice original seria de 24%. Sobre devolução do ICMS sobre PIS e Cofins, fala
127 que os embargos de declaração, para definir se a devolução do ICMS será do ICMS destacado ou
128 recolhido, estão pautados para discussão em 29 de abril, que trabalha uma carta para cobrar a Aneel.
129 Que já há jurisprudência e a definição deve ser pelo ICMS destacado. “Vamos atrás disso, porque só o
130 fato de parar de pagar, a partir do dia 20/04, representou só nas contas da Copel redução de 4% na
131 tarifa”. Quanto à modulação de devolução já está claro que só deve ocorrer no processo de revisão
132 periódica, em 2023, porém que a devolução em conformidade com o acórdão de 2017 já está muito
133 atrasada. O Sr. Dussel fala sobre a preocupação legítima, porém que o contrato não pode ser
134 descumprido, mas que é preciso estudar mecanismos para reduzir impacto, mas observa que o
135 diferimento “não mata o paciente agora, mas daqui um ano” e segue com a analogia: “Quem sabe se
136 houver vacina e ‘desintubar’ o paciente ele tenha forças para reagir e sobreviver. Não temos muito o
137 que fazer, estamos de mãos atadas, porque tem a força do contrato, lá no passado o IGPM era melhor e
138 hoje o tiro saiu pela culatra, é risco do negócio”. O Sr. Erivaldo observa que o CDC diz que o contrato
139 pode ser alterado conforma a circunstância e que a situação vivia é excepcional. Porém, o Sr. Dussel
140 observa que é uma empresa que opera na bolsa e que os acionistas não podem ser prejudicados.
141 “Teríamos que envolver o Ministério Público para entrar com uma ação”. Fala que há um ano sua
142 fatura era de R\$ 800 e iria a R\$ 1.200 e, no entanto, paga 120,00 porque investiu. Que o consumir
143 “precisa se defender” e o Concen poderia articular linhas de crédito aos que não têm condições. A
144 presidente questiona como seria pago isso no futuro e o Sr. Dussel defende que é possível encontrar
145 legalismos de defesa, negociar contratos bilaterais, com anuência da Aneel. O Sr. Ricardo observa que
146 no caso de MS a previsão é de que, felizmente, não haja perdas por sobrecontratação. Sobre PL da GD,
147 o Sr. Dussel fala sobre avanços, como possibilidade de desconto na TUSD, lembra que há estudo do
148 setor industrial sobre instalação de eólica em corredor de ventos em MS. “Tudo é questão de

149 engenharia e discutir. Não podemos ser céticos e dizer que sou contra porque o coitadinho está
150 pagando. É preciso olhar os benefícios”. A presidente questiona o Sr. Ricardo se é possível apresentar
151 algo relacionado a risco hidrológico e o consultor diz que será menor e que este ano a configuração é
152 pior, com reservatórios menos cheios e as chuvas estão acabando. O Sr. Erivaldo agradece a
153 contribuição do Sr. Dussel, com seus conhecimentos técnicos, porém, observa que o modelo é injusto,
154 ainda que se tenha explicação. “Quando se fala em buscar outras alternativas, para nós é até acessível,
155 mas se analisar a grande maioria da população brasileira talvez a saída seja a busca do crédito”. A
156 presidente observa que tem acompanhado a situação e que em Pernambuco a TSEE é conduzida na
157 Justiça, que há famílias tão vulneráveis que não têm condições de se deslocar para pleitear. O Sr.
158 Sebastião pede acesso à tabela Sparta e pede ao Sr. Ricardo um resumo da previsão hoje de reajuste e
159 ele informa que é de 14,56% entre parcela A e B. “A gente percebeu que houve redução da parcela B.
160 A empresa investe muito em automação, religadores e com isso tem custo evitável. E isso vai para a
161 base de remuneração, será que o custo evitado, ou pelo menos parte dele, beneficia o consumidor?”,
162 questiona. A presidente diz que isso consta da manifestação do Concen junto à Aneel. O Sr. Ricardo
163 destaca que a presidente irá se manifestar na Aneel e considera importante que leve o resumo,
164 mencionando o balanço da distribuidora e incite a Aneel à reflexão. Que a distribuidora informa lucro
165 de 12% da receita anual e quando os outros custos são colocados ao lado o lucro se demonstra mais
166 expressivo. “A parcela fica muito alta e numa época de pandemia em que estamos um lucro deste
167 tamanho é muito chocante para os consumidores, fora do normal. Quando se tem reajuste de 31% do
168 IGP fica pior ainda. Com que tamanho de lucro vamos terminar esse ano?”. O Sr. Didimo fala sobre a
169 fala do impacto do balanço é significativa, por outro lado concorda que pode ser manipulável,
170 enquanto a planilha segue regras rígidas. “Mas o impacto de fala é significativo, quem escutar vai
171 pensar no assunto”. Outro ponto, quanto ao custo evitável, com adoção de tecnologias, ressalta que não
172 vai diretamente à redução da tarifa, impacta no fator X. Sr. Dussel fala sobre a falta de qualidade de
173 atendimento. A presidente fala sobre desafios do trabalho do Concen, quanto ao mandato ser do
174 conselheiro e não da entidade. Concede a palavra ao Sr. Dian, agradece contribuição do Sr. Erivaldo.
175 O Sr. Dian entende que o aumento é alto e defende que, para “brigar uma boa briga”, é preciso levar a
176 questão dos impostos, dos 25%, se estão sendo bem aplicados. Que são valores arrecadados sem custo
177 ao ente público, fala sobre os atendimentos virtuais e que a empresa tem se esforçado para atender no
178 período. O conselheiro Erivaldo concorda que é preciso também falar da carga tributária. Aproveita
179 para tecer elogio à campanha da Energisa, explicando a composição da tarifa. A presidente agradece a
180 todos, lembra que o canal com os diretores da EMS está aberto e que o foco é mitigar os impactos. A
181 reunião é encerrada às 11h30.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN



Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN